

DIACRONIA, LITERATURA E CULTURA: A CONTRIBUIÇÃO DE SÍLVIO ELIA PARA A HISTORIOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Diachrony, Literature and Culture: Sílvia Elia's Contribution to the Historiography of the Portuguese Language in Brazil

DOI: 10.14393/LL63-v42-2026-09

Rafael Sicoli Pacheco*

RESUMO: O artigo analisa as contribuições de Sílvia Elia à historiografia da língua portuguesa no Brasil, com destaque para sua proposta de periodização e divisão dialetal do território. Com base em abordagem historiográfica e qualitativa, dialoga com teóricos como Aurox (2004) e Haugen (1959) para discutir a relação entre história da língua e projetos políticos e culturais. Elia propõe quatro períodos do português no Brasil — implantação, estabilização, nacionalização e consolidação/diversificação — e identifica nove áreas dialetais segundo critérios fonéticos, morfossintáticos e sociolinguísticos. Sua tipologia supera modelos anteriores pelo refinamento e pela consideração das zonas de transição. Ao unir tradição filológica e crítica historiográfica, Elia evidencia a pluralidade linguística brasileira e denuncia as exclusões impostas pela norma culta, reafirmando sua relevância para os estudos linguísticos e para a compreensão da identidade linguística nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia linguística. Sílvia Elia. Variação dialetal. Identidade linguística. Norma padrão.

ABSTRACT: The article analyzes Sílvia Elia's contributions to the historiography of the Portuguese language in Brazil, emphasizing his proposal for periodization and the dialectal division of the national territory. Based on a historiographical and qualitative approach, it engages with theorists such as Aurox (2004) and Haugen (1959) to discuss the relationship between language history and political and cultural projects. Elia proposes four periods for Portuguese in Brazil—implantation, stabilization, nationalization, and consolidation/diversification—and identifies eight dialectal areas according to phonetic, morphosyntactic, and sociolinguistic criteria. His typology surpasses previous models through its analytical refinement and attention to transitional zones. By combining philological tradition with historiographical critique, Elia highlights Brazil's linguistic plurality and denounces the exclusions imposed by the standard norm, reaffirming his relevance to linguistic studies and to the understanding of Brazilian linguistic identity.

KEYWORDS: Linguistic historiography. Sílvia Elia. Dialectal variation. Linguistic identity. Standard norm.

* Mestre em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. ORCID: 0009-0002-3154-2948. E-mail: rafael.pac90(AT)usp.br.

1 Introdução

A trajetória da língua portuguesa no Brasil tem sido marcada por um processo contínuo de transformações estruturais, normativas e culturais. Entre os estudiosos que mais contribuíram para a compreensão desse percurso histórico está Sílvio Elia, linguista cuja obra se destaca, entre outros aspectos, também, pela proposta de uma periodização da língua portuguesa e pela análise das variações dialetais do português falado no Brasil. Seus estudos revelam uma visão abrangente e articulada entre aspectos linguísticos, literários e socioculturais, tornando-se referência para os campos da filologia, da linguística histórica e da historiografia.

Sílvio Elia dedicou-se a identificar os períodos fundamentais da evolução do Português no Brasil, do século XVI ao século XX, oferecendo uma classificação que considera não apenas as transformações fonéticas, morfosintáticas e lexicais, mas também os fatores extralinguísticos que influenciaram o desenvolvimento da língua. Sua abordagem interdisciplinar possibilitou conexões com movimentos literários, especialmente o Romantismo e o Modernismo, entendidos como momentos decisivos na consolidação da norma culta e na valorização das variedades linguísticas regionais.

Além da periodização histórica, Elia contribuiu significativamente para o estudo da diversidade linguística brasileira, ao propor uma divisão dialetal do país. Sua classificação dos falares regionais teve impacto direto nas discussões sobre políticas linguísticas e educacionais, evidenciando a necessidade de se considerar a heterogeneidade da língua portuguesa em contextos de ensino e padronização normativa.

O presente artigo tem como objetivo discutir a proposta, formulada por Sílvio Elia, de periodização da língua portuguesa, bem como sua análise das variações dialetais brasileiras. A partir de uma perspectiva historiográfica, fundamentada em Haugen (1959) e Aurox (2004), busca-se compreender a importância de suas contribuições para o estudo do português e para a constituição de uma identidade linguística nacional. Para isso, examinar-se-ão os fundamentos teóricos de sua abordagem, as inter-relações entre língua e literatura por ele exploradas, e os impactos de seu trabalho na linguística e no ensino da língua portuguesa no Brasil.

2 Sílvio Elia e a Historiografia Linguística Brasileira

A contribuição de Sílvio Elia para a linguística brasileira se inscreve em um momento de consolidação acadêmica da área no país, marcado por tensões entre a tradição filológica herdada do século XIX e a emergência de abordagens estruturais e funcionalistas no século XX. Conforme afirma Cavaliere:

A partir de Mattoso Câmara Jr., entretanto, em meados do século XX, as fontes doutrinárias só se renovam claramente na vertente de estudos sobre a linguagem a que se resolveu denominar propriamente linguística. Já a filologia, assim entendida como o estudo da língua no texto, manteve-se fiel aos velhos cânones historicistas, cunhados pela "geração de ouro" da filologia portuguesa formada por Carolina Michaelis, Leite de Vasconcelos, Gonçalves Vianna, entre outros. Os estudos dialetológicos, que, segundo algumas opiniões, estariam ligados à linha investigatória da filologia, na verdade seguiam orientações teóricas pontuais, quando não se esteavam na metodologia da geografia linguística herdada do século XIX (CAVALIERE, 2001, p.12).

Dessa forma, a atuação de Sílvio Elia se destaca por sua inserção crítica nesse cenário de transição, em que os paradigmas linguísticos modernos buscavam afirmar-se sem romper completamente com os alicerces filológicos. Sua obra, situada nesse entrelugar teórico, reflete as tensões e as possibilidades de diálogo entre tradição e inovação no campo da linguística brasileira. Sobre esse momento de transição, Cavaliere propõe que:

Creio ser cabível denominar essa fase como período linguístico, estabelecendo seu marco inicial no ano de 1941, em que vem a público os Princípios de linguística geral, a mais importante obra teórica sobre linguagem escrita no Brasil em todo o século XX. Nesse período, que se prolonga até nossos dias, abre-se de plano uma fase estruturalista, na qual, além da óbvia presença de Mattoso Câmara Jr., pode-se incluir o nome de Silvio Edmundo Elia.

A Sílvio Elia, decerto, não se pode atribuir uma "postura" estruturalista, já que sua riquíssima obra percorre sem dificuldades outros paradigmas da descrição linguística no século XX, aí incluindo-se a filologia românica e a sociolinguística (CAVALIERE, 2001, p.13).

Elia se afirmou como uma figura de transição e síntese, integrando o rigor histórico da filologia a uma visão crítica e analítica da linguagem enquanto construção social e política. Sua atuação ultrapassa o plano da descrição linguística e se projeta para o campo da historiografia linguística, entendida como o estudo das ideias sobre a linguagem em seus contextos

socioculturais e institucionais. Com isso, sua obra contribui não apenas para a consolidação da linguística brasileira, mas também para a reflexão sobre os próprios caminhos do saber linguístico no país.

A historiografia linguística, segundo Aurox (2004), não pode ser pensada como uma simples cronologia de teorias, mas sim como uma investigação das condições históricas de possibilidade de determinadas práticas e discursos sobre a linguagem.

Dessa forma, Moraes (2022) sintetiza essa ideia:

Outro aspecto imprescindível com relação ao novo entendimento histórico que temos de dar à gramática parte dessa mesma investigadora, que, fundamentada em Aurox (1998), entende que, por meio da gramática, *“On peut décrire l’évolution linguistique par une succession de ‘grammaires’, c’est-à-dire de langues grammaticales”* [pode-se descrever a evolução linguística por uma sucessão de “gramáticas”, isto é, de línguas gramaticais] (LEITE, 2009, apud MORAES, 2022, p. 12).

É nesse horizonte que Elia se insere, ao propor uma leitura crítica das formas pelas quais a língua portuguesa foi normatizada, descrita e periodizada no Brasil. Sua obra busca recuperar, por meio de um trabalho minucioso com fontes históricas e literárias, os mecanismos através dos quais se instituiu uma noção de “português brasileiro” atrelada a ideais de unidade, pureza e superioridade normativa – muitas vezes em detrimento das múltiplas manifestações linguísticas regionais e populares.

Sílvio Elia, além de dialogar com Aurox, também se apoia no pensamento de Einar Haugen (1959), pioneiro nos estudos sobre planejamento linguístico. Haugen delineia os processos de seleção, codificação, elaboração e implementação de uma língua padrão como etapas fundamentais na constituição de uma identidade linguística nacional. Nesse sentido, o autor ilustra sua tese por meio do contexto norueguês:

Sendo cidadãos de uma jovem nação, os noruegueses começaram a procurar por suas raízes culturais, que foram cortadas na Idade Média. Entre muitos símbolos de individualidade nacional e independência, a linguagem foi dada como um dos mais importantes. Muitas vezes se levantaram para a restauração da língua norueguesa, repentinamente perdida durante a união com a Dinamarca. Noruegueses haviam aprendido a escrever dinamarquês, mesmo que suas formas de falar sejam bastante divergentes de qualquer uma das que foram aceitas na Dinamarca. Pode-se descrever a situação linguística pós 1814 como

uma em que as normas do discurso seguintes puderam ser ouvidas no país (HAUGEN, 1959, p.110, tradução nossa).

Elia aplica esse modelo à realidade brasileira, demonstrando como a imposição da norma culta foi parte de um projeto maior de construção da nacionalidade, especialmente após a Independência e ao longo do século XIX. Nesse sentido, a linguística não aparece como uma ciência neutra, mas como um campo de disputas ideológicas e políticas.

Ademais, Elia (1976) antecipa questões que seriam centrais para os estudos sociolinguísticos e historiográficos posteriores, como o papel da escola na manutenção de uma norma hegemônica, a marginalização de variedades linguísticas populares e a instrumentalização da linguagem como ferramenta de exclusão. Ele compreende que a historiografia da língua portuguesa no Brasil não pode ser dissociada dos projetos políticos de unificação nacional, que se valeram de uma concepção hierárquica da linguagem, por meio da qual certas formas – mais próximas da escrita erudita – foram legitimadas, enquanto outras – orais, regionais ou de base africana e indígena – foram sistematicamente deslegitimadas.

Nesse contexto, a obra *Ensaio de Filologia e Linguística*, de Sílvio Elia, representa uma inflexão importante, ao propor uma periodização da língua portuguesa que leva em conta não apenas mudanças fonológicas, morfosintáticas e lexicais, mas também as ideologias linguísticas subjacentes a essas transformações. Ele se afasta de uma historiografia puramente técnica ou internalista da linguagem, como aquela que predominava na filologia tradicional, e se aproxima de uma abordagem crítica e contextualizada, que vê a língua como produto e produtora de história.

Em suma, Sílvio Elia ocupa um lugar central na historiografia linguística brasileira por sua capacidade de articular análise histórica, crítica ideológica e reflexão metodológica. Sua obra permanece relevante não apenas por suas conclusões, mas sobretudo por seu método, que valoriza o entrelaçamento entre língua, cultura, política e identidade – um legado que ainda orienta investigações contemporâneas no campo.

Assim, a obra de Sílvio Elia revela-se fundamental não apenas por seu conteúdo analítico, mas sobretudo por sua abordagem metodológica, que une tradição filológica e crítica historiográfica. É nesse horizonte que se insere uma de suas mais influentes contribuições: a proposta de periodização da língua portuguesa no Brasil (ELIA, 1976), que será analisada no

próximo tópico. Trata-se de uma sistematização que busca refletir, por meio de marcos linguísticos e extralinguísticos, as principais etapas de evolução do português brasileiro entre os séculos XVI e XX.

3 A Periodização da Língua Portuguesa segundo Sílvio Elia

A proposta de periodização da língua portuguesa elaborada por Sílvio Elia representa uma tentativa de sistematizar o desenvolvimento do português no Brasil a partir de critérios linguísticos e históricos articulados. Diferentemente de abordagens puramente formalistas, Elia propõe uma classificação que considera não apenas os fenômenos fonológicos, morfossintáticos e lexicais, mas também os contextos socioculturais, literários e ideológicos em que tais mudanças ocorreram. Seu objetivo é compreender a história da língua como um processo dinâmico, condicionado por fatores internos e externos ao sistema linguístico.

Para Elia, a história do português no Brasil pode ser dividida em quatro grandes períodos, que cobrem os séculos XVI ao XX. Cada fase é marcada por características linguísticas específicas, mas também por eventos históricos que impactaram diretamente o uso, a normatização e a percepção da língua. A periodização, portanto, não é apenas cronológica, mas epistemológica: cada período revela uma forma distinta de conceber e de praticar o português, tanto na escrita quanto na fala.

3.1 O Período de Implantação (século XVI ao final do século XVII)

Esse primeiro período corresponde ao momento inicial da presença da língua portuguesa em território brasileiro, marcado pelo contato com as línguas indígenas e, posteriormente, com as línguas africanas. A implantação do português ocorreu de forma gradual e heterogênea, coexistindo com o uso de línguas gerais, especialmente o tupi. Elia destaca que, nesse estágio, a língua ainda não tinha consolidado um modelo normativo próprio no Brasil, sendo largamente influenciada por contextos orais e multilinguísticos.

O português quinhentista se desvanece como novo exemplar de protolíngua. O seu “vulgarismo”, que o aproximaria da linguagem dos soldados e campônios (*sermo castrensis sermo rusticus*), também perde consistência. E mesmo o processo de constituição das línguas românicas é bem diverso da maneira como se implantaram, em terras americanas, os idiomas já formados da velha Europa.

A difusão da língua portuguesa no Brasil acompanhou, como é óbvio, *pari passu* o itinerário da colonização (ELIA, 1976, p.297).

Entre o desaparecimento do português quinhentista enquanto expressão arcaica e vulgarizada da língua e a consolidação de um padrão culto no Brasil, observa-se um período de transição caracterizado por uma intensa convivência de variedades linguísticas. À medida que o idioma se espalhava pelo território colonizado, especialmente nas zonas rurais e nos sertões, o português entrava em contato com uma diversidade de línguas indígenas e africanas, dando origem a formas híbridas e regionalizadas de fala. Esse processo contribuiu para o surgimento de um português brasileiro incipiente, ainda sem unidade normativa, mas já distinto em alguns aspectos fonéticos, lexicais e sintáticos daquele falado na metrópole. Ao mesmo tempo, nos centros urbanos e administrativos, começavam a se firmar traços de uma variedade mais próxima ao modelo europeu, voltada para funções oficiais e institucionais.

O falar europeu sofreu influência de novos falares alienígenas, como o tupi e o africano, ainda não bem identificados. Novas formas de falar, na pronúncia ou no fraseado, também se foram incorporando na loquela brasílica. Mas era nas cidades, sede do Governo, da Administração, da Justiça, que se ia construindo o padrão culto, que acabou por dominar (ELIA, 2003, p.47).

Assim, o período de implantação da língua portuguesa no Brasil foi marcado por um processo complexo de adaptação, contato e transformação linguística. A convivência entre o português europeu e as línguas indígenas e africanas resultou em uma rica diversidade de falares, que refletiam as dinâmicas sociais, culturais e geográficas da colônia, assim como afirma Elia:

Durante muito tempo, português e falares tupi-guaranis conviveram em nossa terra, provavelmente com maior extensão destes últimos. Vulgarizada é a afirmação de Teodoro Sampaio, de que “até o começo do século XVIII, a proporção entre as duas línguas faladas na Colônia era mais ou menos de três para um, do tupi para o português.” (ELIA, 2003, p.48).

Embora inicialmente fragmentado e carente de um modelo normativo estável, o português começou, progressivamente, a se consolidar como língua dominante, sobretudo nos espaços urbanos e administrativos. Essa fase inicial, portanto, não apenas lançou as bases para a formação do português brasileiro, mas também revelou o papel fundamental da variação e

do contato linguístico na constituição de uma identidade linguística própria no território colonial.

Nesse processo, observa-se que, a partir da segunda metade do século XVII, a chamada língua geral – fortemente influenciada pelas línguas indígenas – começou a perder espaço, sinalizando uma virada no panorama linguístico da colônia. Essa mudança já era percebida por contemporâneos como Padre Antônio Vieira, que registrou:

E que direi eu ao Colégio da Bahia, ou o que me dirá ele a mim, quando nesta grande comunidade é já tão pouco geral a língua chamada geral do Brasil, que são mui contados aquele em que se acha (VIEIRA, apud ELIA, 2003, p.61).

Desse modo, ao longo dos séculos XVI e XVII, o português foi, aos poucos, afirmando sua presença no Brasil colonial, embora por muito tempo tenha coexistido com a língua geral, sobretudo nas regiões interioranas. No entanto, como observa Padre Antônio Vieira, já na segunda metade do século XVII essa convivência começou a se transformar: a língua geral, outrora amplamente difundida, passou a recuar diante do avanço do português, especialmente nos centros urbanos e administrativos. Essa mudança marca o início de um novo momento histórico e linguístico – o século XVIII – o período de estabilização para o português.

3.2 O Período de Estabilização (século XVIII)

No século XVIII, o português começa a assumir o papel de língua dominante, tanto no plano institucional quanto cultural. Há um movimento de substituição das línguas gerais pelo português, estimulado pelas políticas linguísticas da Coroa portuguesa. Elia observa que esse período marca uma relativa fixação de formas linguísticas, com a ampliação da escrita oficial e o uso da norma metropolitana como referência. Para o autor, o século XVIII estende-se de 1701 a 1810, já que a chegada da corte portuguesa ao Brasil em 1808 representou, em sua análise, o primeiro ato do processo de independência e o marco final desse período de estabilização linguística. Trata-se de uma fase de transição entre a variedade oralizada e a construção de uma tradição escrita mais padronizada.

Essa tradição escrita pode ser justificada por meio dos estudos de Pinto (1988, p.15), o qual determina que, para se ter conhecimento a respeito da língua portuguesa no Brasil

durante o século XVIII, é preciso analisar dois pontos: os trabalhos linguísticos e os textos literários.

No que tange aos textos literários, Elia (2003) afirma que a mudança se cinge ao léxico. Vejamos:

Em Matias Aires, detectam-se alguns termos com sentido antiquado: descer (derivar), encontrar (ir de encontro a), documento (regra, preceito), explicar (mostrar), retorquir (retroceder).

No tocante ao impressionismo bucólico, multiplicam-se os termos referentes à natureza: bosques, brenhas, campinas, grutas e montes (ELIA, 2003, p.116).

A respeito dos trabalhos linguísticos, Elia detecta mudanças fonológicas, percebidas, posteriormente, ainda no século XX:

Frei Luís do Monte Carmelo afirma que os brasileiros não fazem distinção entre as vogais pretônicas de padeiro, pregar, corar, e as fechadas de cadeira, pregar, morar. Isto é, pronunciava-se no Brasil, então como hoje, pregar, corar, morar. Quanto ao *a* pretônico, como em cadeira, se à época era fechado no Brasil, inovamos ao passá-lo a aberto.

Quanto ao *s* chiante, por exemplo, é posterior ao século XVIII (ELIA, 2003, p.117).

Esses dados permitem afirmar que, ao longo do século XVIII, a língua portuguesa consolidou-se progressivamente como o principal instrumento de comunicação e expressão no Brasil, tanto na fala quanto na escrita. A substituição das línguas gerais, as mudanças lexicais nos textos literários e as alterações fonológicas apontadas pelos estudiosos demonstram que se firmava, nesse período, uma tradição linguística mais próxima da norma metropolitana, ainda que adaptada à realidade local. Esse processo marcou a vitória definitiva do português como língua nacional, estabelecendo as bases para as características do português brasileiro que viriam a se consolidar nos séculos seguintes:

No século XVII, graças ao fortalecimento da urbanização, foi-se invertendo a situação e, já para o final do século, já estava assegurada a vitória da língua portuguesa (ELIA, 2003, p.119).

Essa chamada “vitória do português”, como designada por Elia, impulsionada pelas políticas linguísticas da Coroa e pela ampliação da escrita oficial, não apenas consolidou a língua como meio de expressão e administração, mas também lançou as bases para a formação de

uma identidade linguística própria no Brasil. Dentre essas políticas da Coroa, Elia destaca o Diretório, mas não o coloca como responsável principal. Vejamos:

O Diretório, de 1º de maio de 1757, proibia o uso da língua geral, apodada como “invenção verdadeiramente abominável e diabólica”, nos territórios do Pará e do Maranhão. Um alvará de agosto de 1759 estendeu-o a todo o território nacional. Claro que uma língua não se extingue por decreto. As condições sociais já tinham gerado uma elite culta, disseminada por vários pontos do país, que praticava o português e o levava a populações interioranas. Demais o tupi, língua de catequese, cada vez mais se restringia às reduções ou aldeamentos indígenas, onde a língua portuguesa sempre foi ensinada. O Diretório, portanto, acelerou o processo do desaparecimento da língua geral, mas não lhe foi causa eficiente (ELIA, 2003, p.121)

Desse modo, o século XVIII representa um marco decisivo na trajetória do português em solo americano, selando o fim das línguas gerais como veículos de prestígio e assegurando a supremacia do idioma que se tornaria, nos séculos seguintes, elemento central da cultura e da sociedade brasileiras.

Vejamos, na próxima seção, o período de nacionalização, ou seja, o século XIX.

3.3 O Período de Nacionalização (século XIX)

Com a Independência do Brasil em 1822, inicia-se um período em que a língua portuguesa passa a ser pensada como elemento fundamental da identidade nacional. Elia associa esse momento ao projeto de construção do Estado-nação, em que a língua desempenha papel simbólico e político.

No plano interno, a grande obra de Pedro II se definiu pela irreversível integração da Pátria, sustentada pela consciência definitiva da unidade nacional. Unidade política, unidade espiritual, unidade idiomática (ELIA, 1979, p.135).

O linguista Einar Haugen, ao refletir sobre o processo de construção da identidade nacional na Noruega, destaca que, após a separação política da Dinamarca em 1814, os noruegueses passaram a buscar elementos culturais próprios, dentre os quais a língua assumiu papel central como símbolo de individualidade e independência:

Em 1814, a Noruega foi politicamente separada da Dinamarca, sob cuja hegemonia havia caído cerca de quatro séculos antes. Como cidadãos de uma nação jovem, os noruegueses começaram a buscar as raízes culturais que haviam sido interrompidas na Idade Média. Entre os vários símbolos de individualidade e independência nacional, a língua foi considerada um dos mais importantes (HAUGEN, 1959, p. 100).

Essa valorização da língua como emblema nacional encontra eco no caso brasileiro, conforme analisado por Elia. Com a Independência do Brasil em 1822, inicia-se um período em que a língua portuguesa passa a ser pensada como instrumento de coesão e representação da unidade nacional. Para Elia (1979), a consolidação do Estado brasileiro implicou também a construção de uma identidade linguística que se expressa na busca por uma unidade idiomática, ao lado da unidade política e espiritual promovida por Pedro II. Assim, tanto Haugen quanto Elia evidenciam o papel simbólico da língua nos processos de afirmação nacional em contextos históricos distintos.

Essa unidade idiomática, consolidada ao longo do século XIX, foi resultado de políticas educacionais, da expansão da imprensa e da adoção do português como língua oficial em todos os níveis da administração pública. A língua passou a ser, assim, instrumento de coesão social e de afirmação de uma identidade própria, distinta da metrópole. Como ressalta Elia, o português do Brasil começa, nesse contexto, a adquirir características que o particularizam, ainda que sob a influência normativa da gramática portuguesa.

Uma vez que a responsabilidade pela educação do povo no Brasil passava a dever do Estado, no tocante ao ensino da língua portuguesa, foram surgindo compêndios destinados às escolas. Aparecem então as primeiras gramáticas da língua portuguesa escrita por autores brasileiros (Julio Ribeiro, Costa e Cunha, Fausto Barreto, Pacheco Junior, João Ribeiro) (ELIA, 2003, p.144).

Além disso, a literatura brasileira do período desempenhou papel central na difusão de uma norma linguística que, embora inspirada no modelo europeu, refletia as peculiaridades regionais e culturais do país. Elia destaca que escritores como José de Alencar e Machado de Assis contribuíram para fixar usos e vocabulário que expressavam a realidade brasileira, conferindo à língua um caráter nacional.

No plano intelectual viera o Romantismo. Esse turbilhonante movimento de sentimentos e ideias trouxe-nos a primeira vaga de escritores autenticamente brasileira. E que nomes! A questão da língua põe-se na ordem do dia. José de

Alencar, como se sabe, debateu-a com paixão. Mas quem a deslindou foi Machado de Assis.

Nunca será demais exaltar a figura desse mulato genial.

Do ponto de vista linguístico, representa para nós um ápice semelhante ao ocupado por Camões no século XVI: deu-nos, disciplinada, a variante culta do português do Brasil (ELIA, 1979, p.135).

Desse modo, como observa Elia, o processo de afirmação do português no Brasil ultrapassou as simples escolhas políticas ou imposições externas. Foi, antes, uma construção cultural profunda, na qual a contribuição de escritores como José de Alencar e Machado de Assis foi decisiva. Ao retratarem a realidade brasileira em sua diversidade, esses autores moldaram uma variante do português capaz de expressar com riqueza e complexidade a identidade nacional.

Assim, a partir da Independência, a língua portuguesa deixa de ser meramente um legado colonial para se tornar um símbolo pleno da soberania e da cultura brasileiras, consolidando-se como elemento fundamental da unidade nacional e da consciência de pertencimento do povo brasileiro.

Na próxima seção, abordaremos as transformações ocorridas no século XX, período em que o português do Brasil se consolida definitivamente como variante nacional, refletindo as mudanças sociais, culturais e políticas do país.

3.4 O Período de Consolidação e Diversificação (século XX)

Finalmente, o século XX é visto por Elia como um momento de consolidação da norma culta brasileira e de crescente reconhecimento da diversidade linguística interna do país. A norma urbana culta, especialmente a do Rio de Janeiro, torna-se a base para o ensino e a padronização linguística, mas paralelamente surgem estudos que problematizam essa hegemonia normativa:

Desde então, as diversas províncias vão cada vez consolidando mais sua posição de centros regionais, com vida intelectual própria, capazes de bastar-se a si mesmas, não mais seduzida pela miragem da Metrópole (ELIA, 1979, p.72).

Dentre essa situação, o Modernismo foi responsável por legitimar, na literatura e na crítica, a valorização das variedades regionais e populares da língua, rompendo com o ideal de

uniformidade herdado do modelo europeu. Autores modernistas passaram a explorar conscientemente os falares brasileiros em suas obras, conferindo modelo estético às marcas linguísticas locais e revelando a pluralidade cultural do país. Esse movimento contribuiu para ampliar a percepção da língua portuguesa como um instrumento vivo e dinâmico, em constante adaptação às realidades sociais e culturais do Brasil, conforme observa Elia:

Uma das componentes mais fortes do Modernismo foi, como se sabe, a do nacionalismo, da brasilidade, do verde-amarelismo.

Em consequência desse desvairismo nacionalista, surgiu, cantada em versos livres, a tese da libertação linguística. Os clássicos da língua passaram a ser zurzidos desapiedadamente.

A língua falada foi erguida ao posto de norma padrão da consciência linguística nacional e o desrecalque gramatical se alastrou feliz por toda a extensão do subcontinente brasileiro.

Nasce, portanto, e avulta a ideia de que “a língua errada do povo é a língua certa” (ELIA, 1976, p.73).

Essa postura modernista, ao questionar a rigidez normativa e celebrar a diversidade dos falares brasileiros, marcou definitivamente a visão sobre a língua no século XX. Consolidou-se, assim, a consciência de que a língua portuguesa no Brasil não apenas reflete as múltiplas identidades do país, mas também se transforma com elas, reafirmando seu caráter dinâmico e plural como parte essencial da construção da cultura e da identidade nacional.

3.5 Contribuições da Periodização de Elia para os Estudos Linguísticos

A proposta de periodização da língua portuguesa no Brasil elaborada por Sílvio Elia representa uma importante contribuição para os estudos linguísticos e historiográficos, na medida em que ultrapassa os limites de uma cronologia convencional e propõe uma leitura articulada entre os fatos de língua e os contextos sociais, culturais e políticos em que ocorrem. Elia não se limita a descrever mudanças fonológicas ou morfosintáticas: busca compreendê-las à luz de processos históricos mais amplos, nos quais a língua ocupa papel central na constituição da identidade nacional.

Ao reconhecer a influência das línguas indígenas e africanas, bem como a heterogeneidade dos falares regionais, Elia confere legitimidade à pluralidade linguística brasileira, abrindo espaço para a valorização de formas de expressão tradicionalmente marginalizadas pelas normas escolares e gramaticais, como nota-se a seguir:

Na pronúncia e entoação brasileiras, mormente de carácter regional (Nordeste, Amazônia), há toda a probabilidade da presença de um influxo indígena. Do ponto de vista morfológico, temos uma redução de flexões. Quanto ao vocabulário, a influência é inegável. (...)

Outro elemento que entrou em contacto íntimo com o Português do Brasil foi o africano. A necessidade de braços, que trabalhassem a terra, trouxe o negro, que, como o indígena, concorreu com seu *floklore*, com o seu vocabulário e influiu na pronúncia. (ELIA, 1979, p.41).

Sua classificação, nesse sentido, contribui para deslocar o eixo da análise linguística da norma para o uso, da homogeneidade para a diversidade, do prescritivismo para uma abordagem histórica e funcional da língua.

Outro ponto de destaque é a atenção dada aos agentes culturais e institucionais – como a escola, a imprensa, os escritores e os gramáticos – que, em cada período, desempenham papel ativo na fixação de modelos linguísticos e na construção de uma consciência idiomática própria. Ao evidenciar o papel de autores como José de Alencar, Machado de Assis e os modernistas na formação de uma norma culta brasileira, Elia demonstra como a literatura participa decisivamente do processo de consolidação linguística e de afirmação cultural.

Desse modo, a periodização de Elia oferece não apenas uma leitura original da história do português no Brasil, mas também um instrumental analítico que ilumina as relações entre língua e sociedade, norma e uso, tradição e inovação. Trata-se, portanto, de uma contribuição duradoura para os estudos da língua portuguesa enquanto fenômeno histórico, social e identitário.

4 A Divisão Dialetoal do Brasil Proposta por Sílvia Elia

A preocupação com a diversidade linguística do português falado no Brasil ocupa lugar de destaque na obra de Sílvia Elia, especialmente no que diz respeito à caracterização das variedades regionais. Partindo de uma perspectiva histórica e sociolinguística, Elia propõe uma divisão dialetoal do território brasileiro que busca sistematizar as diferenças de pronúncia, vocabulário, construção sintática e outros traços marcantes entre os falares do país. Para o autor, compreender essa diversidade não é apenas um exercício descritivo, mas uma exigência para qualquer reflexão séria sobre ensino da língua, políticas linguísticas e identidade nacional.

A proposta de Elia fundamenta-se na ideia de que o português brasileiro, apesar de suas particulares diferenças regionais, apresenta importante unidade:

Pode-se constatar notável unidade na língua popular do Brasil. O fato deve-se ao carácter de língua transplantada do português brasileiro. De sorte que as diferenças que se notam nos vários falares brasileiros representam na verdade “corrupção” de uma mesma língua comum padrão, em vez de valerem por normas locais em oposição à norma havida por geral, como se dá em território europeu (ELIA, 1976, p.178).

Essa constatação leva Elia a identificar zonas dialetais que, embora apresentem traços linguísticos específicos, compartilham uma origem comum e mantêm uma inteligibilidade mútua significativa. Em sua proposta, o Brasil é dividido em nove grandes áreas dialetais:

Área Amazônica: caracteriza-se por uma forte influência das línguas indígenas, maior do que em qualquer outra região do país. Entre os traços fonéticos mais notáveis, destaca-se a tendência de transformação da vogal tônica "ô" em "u", fenômeno de particular relevo nessa zona.

Área Cearense: embora situada no Nordeste, esta área apresenta traços fonéticos específicos que a distinguem da chamada "área nordestina" propriamente dita. Entre esses traços, Elia destaca a vocalização do L velar, fenômeno que também ocorre no Rio de Janeiro, e a conservação do D no grupo consonantal ND, o que também a aproxima do padrão fluminense.

Área Nordestina: segundo Elia, trata-se de uma das áreas dialetais mais características do Brasil do ponto de vista linguístico. Aqui predominam as vogais pretônicas abertas (como em *médico* para *médico*), além de uma série de marcas léxicas e fonéticas que conferem identidade própria ao falar nordestino.

Área Baiana: abrange os estados da Bahia e de Sergipe, estendendo-se até o rio São Francisco. Elia a define como uma área de transição entre os falares do Norte e os do Sul, apresentando traços que ora se aproximam dos nordestinos, ora dos centro-sulinos, o que reforça sua posição intermediária no quadro dialetal.

Área Fluminense: Compreende o Espírito Santo e o atual estado do Rio de Janeiro. Seu principal traço fonético é a palatalização das consoantes S e Z em posição final (como em *faz*

[fajj]), além da vocalização do L alveolar, a tendência à queda do R em final absoluta, e o alongamento vocálico nas vogais tônicas seguidas de S ou Z, formando ditongos.

Área Caipira: localiza-se no interior de São Paulo, com projeções sobre partes de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Caracteriza-se pela presença das consoantes africadas tch e dj (como em *tchapa* para *chapa*), e pelo uso de R e L pós-vocálicos com articulação retroflexa, como no conhecido *porta* com R retroflexo.

Área Sulina: estende-se de São Paulo até o extremo sul do país. Distingue-se pelo uso do S sibilante (também chamado *ciciante*), e pela manutenção das vogais finais *E* e *O* como *E* e *O*, sem a redução para *I* e *U*, como ocorre em outras regiões. No extremo sul, observa-se ainda a realização do ditongo *io* como *iu* (diz-se *riu* em vez de *rio*).

Área Centro Leste: abrange o centro de Minas Gerais, com influências que se estendem a Goiás e à Bahia. Segundo Elia, essa região tem potencial para representar, no futuro, um denominador comum dos falares brasileiros, por reunir elementos de várias regiões e ocupar posição geográfica estratégica.

Área Centro-Oeste: cobre a maior parte do interior de Goiás e de Mato Grosso, localizando-se entre a Bacia Amazônica ao norte e os limites Paraná–São Francisco ao sul. Trata-se de uma região de ocupação linguística mais recente, marcada por traços difusos e pela convivência de falares provenientes de outras áreas, resultado da migração e da expansão territorial.

Em síntese, a classificação dialetal proposta por Sílvio Elia revela a complexidade e a riqueza do português falado no Brasil. Cada área dialetal delineada por Elia expressa, por meio de traços fonéticos, lexicais e sintáticos, a identidade cultural de uma região, ao mesmo tempo em que participa de um sistema linguístico maior. A contribuição de Elia, portanto, não se limita a uma descrição técnica das variedades do português brasileiro, mas lança luz sobre os processos de formação da língua nacional e sobre os desafios que essa diversidade impõe ao ensino, à normatização e às políticas linguísticas no país.

Na seção seguinte, analisaremos como outras propostas dialetológicas se articulam (ou divergem) em relação à de Elia, especialmente no que tange às classificações mais recentes e às implicações didáticas dessas abordagens.

4.1 Comparação com outras abordagens

Nascentes (1953) apresenta divisão elaborada por Rodolfo Garcia, que divide o território brasileiro em cinco áreas: norte; norte oriental; central marítima; meridional e altiplana central.

João Ribeiro (2001) apresenta o Extremo Norte (Amazônia, Maranhão, Piauí, Ceará); o Norte (Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte); o Centro (Sergipe, Baía, Ilhéus e Porto Seguro); o Interior (São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso); o Sul (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

A comparação entre as propostas dialetológicas de João Ribeiro, Rodolfo Garcia (divulgada por Nascentes) e Sílvio Elia evidencia avanços significativos no tratamento da diversidade linguística brasileira, sobretudo quando se destaca a sofisticação analítica presente na proposta de Elia.

A classificação de João Ribeiro apresenta uma visão ainda bastante embrionária da variação linguística. Sua proposta é marcada por critérios predominantemente geográficos e administrativos, com pouca ênfase nas características fonéticas, morfossintáticas ou lexicais dos falares regionais. Agrupar, por exemplo, estados tão diversos como Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul sob o rótulo genérico de “Sul” ignora importantes diferenças linguísticas e culturais entre essas regiões.

Já a divisão de Rodolfo Garcia, em *Nascentes* (1953), representa um avanço ao tentar delimitar áreas maiores com base em aspectos geográficos e de colonização. Termos como “norte oriental”, “central marítima” ou “altiplana central” indicam uma tentativa de articular relevo e posição geográfica às práticas linguísticas. No entanto, ainda falta à proposta um refinamento linguístico mais profundo, sobretudo no que se refere à descrição dos traços fonológicos e sintáticos que caracterizam cada zona.

É nesse ponto que a proposta de Sílvio Elia se destaca. Elia apresenta uma tipologia dialetal que combina dados geográficos, históricos, sociolinguísticos e, sobretudo, linguísticos propriamente ditos, como traços fonéticos recorrentes, usos lexicais regionais e processos fonológicos. Cada área definida por Elia é acompanhada de uma descrição detalhada de seus traços distintivos – como a vocalização do /velar no Ceará, o uso de africadas na área caipira, a palatalização característica da área fluminense ou o sibilantismo do sul do país. Além disso, Elia

reconhece zonas de transição e de contato linguístico, como a Área Baiana e a Centro-Leste, demonstrando consciência da complexidade da distribuição linguística e da influência dos fluxos migratórios internos.

Outro mérito da proposta de Elia é sua atenção às implicações socioculturais e históricas da diversidade linguística. Ele não trata os dialetos como meras curiosidades regionais, mas como expressões legítimas da história e da identidade cultural brasileira. Ao fazer isso, sua classificação dialoga com os avanços teóricos da sociolinguística e da historiografia linguística, revelando um compromisso científico mais sólido e mais afinado com os estudos contemporâneos da linguagem.

Em síntese, embora as propostas anteriores tenham seu valor histórico e contribuam para o debate sobre a diversidade do português brasileiro, a classificação de Sílvia Elia se mostra mais criteriosa, detalhada e representativa da realidade linguística do país, configurando-se como uma das mais consistentes tentativas de descrição dialetal já produzidas no Brasil.

5 Considerações Finais

A obra de Sílvia Elia constitui uma das contribuições mais relevantes para os estudos da língua portuguesa no Brasil, tanto pela abrangência temática quanto pelo rigor metodológico. Ao propor uma periodização histórica do português no Brasil e uma classificação detalhada das variedades dialetais, Elia forneceu instrumentos analíticos que transcendem a descrição linguística convencional e incorporam aspectos sociais, culturais e políticos ao entendimento da linguagem.

Sua proposta dialetal, por exemplo, revela notável sofisticação em comparação com classificações anteriores, como as de João Ribeiro e Rodolfo Garcia. Elia congrega critérios fonéticos, léxicos e morfossintáticos a dados históricos e sociolinguísticos, reconhecendo áreas de transição e a importância dos fluxos migratórios internos. Diferentemente de abordagens que se limitam à geografia ou à administração política, sua classificação respeita a complexidade dos falares brasileiros e reconhece neles marcas legítimas da identidade nacional.

Além disso, sua perspectiva historiográfica, inspirada nos trabalhos de Haugen e Auroux, demonstra que a história da língua não pode ser dissociada dos projetos de poder, das ideologias normativas e dos processos de exclusão e valorização linguística.

No entanto, sua obra também aponta caminhos para investigações futuras. A constante transformação do português brasileiro, impulsionada por novas dinâmicas sociais, tecnológicas e educacionais, exige que se atualizem os modelos descritivos e que se aprofundem os estudos sobre as zonas de contato linguístico, os processos de mudança em curso e os efeitos das políticas linguísticas recentes. As categorias propostas por Elia continuam sendo referências fundamentais, mas convidam ao diálogo com as novas ferramentas teóricas e metodológicas da linguística atual.

Por fim, a contribuição de Sílvio Elia evidencia a importância das abordagens historiográficas para o estudo da língua. Ao compreender a linguagem como fenômeno histórico, social e cultural, sua obra amplia os horizontes da pesquisa linguística no Brasil e reafirma a necessidade de se considerar a língua portuguesa não como uma entidade fixa e homogênea, mas como resultado de múltiplas trajetórias, conflitos e negociações que moldaram – e seguem moldando – a identidade linguística brasileira.

Referências

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. 3 ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

CAVALIERE, R. A proposal of linguistics studies periodization in Brazil. **Alfa (São Paulo)**, v.45, p.49-69, 2001.

ELIA, Sílvio. **A unidade linguística no Brasil**: condicionamentos geoeconômicos. Rio de Janeiro: Padrão - Livraria Editora, 1979.

ELIA, Sílvio. **Ensaio de Filologia e Linguística**. 3. ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

ELIA, Sílvio. **Fundamentos Históricos-Linguísticos do Português do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

HAUGEN, E. Planning for a Standard Language in Modern Norway. **Anthropological Linguistics**, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 8-21, 1959.

LEITE, M. Q. A gramática como instrumento linguístico - A noção de ordem na Gramática de João de Barros. **III Seminário Internacional de Linguística Texto, discurso e ensino. III Seminário Internacional de Linguística**. São Paulo: Terracota, 2009. p. 78-81.

NASCENTES, Antenor. Études dialectologiques du Brésil. **ORBIS Bulletin International de Documentation Linguistique**, Louvain, t. 2, n. 2, p. 438 -444, 1953.

MORAES, Jorge Viana de. Um método de pesquisa e análise da variação e mudança linguísticas em Gramáticas da Língua Portuguesa. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia, v. 16, n. 2, p. 524-553, maio 2022.

PINTO, Rolando Morel. **História da Língua Portuguesa**: volume IV. Rio de Janeiro: Ática, 1988.

RIBEIRO, João. **História do Brasil**. 1.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2001.

Recebido em: 28.08.2025

Aprovado em: 02.01.2026